

Título do capítulo	CAPÍTULO 2 – UM ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA DO FIES E SUA RELAÇÃO COM A REDUÇÃO DE ASSIMETRIA NA OFERTA E A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (2010-2014)
Autores(as)	Cristian de Oliveira Lobo Campos Adolfo Ignacio Calderón Joaquim José Soares Neto
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1/capitulo2

Título do livro	UNIVERSIDADE E TERRITÓRIO: ENSINO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL DO SÉCULO XXI
Organizadores(as)	Fernando Cezar de Macedo Aristides Monteiro Neto Danilo Jorge Vieira
Volume	-
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2022
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-030-1
DOI	http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-030-1

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea 2022

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

UM ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA DO FIES E SUA RELAÇÃO COM A REDUÇÃO DE ASSIMETRIA NA OFERTA E A INTERIORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA (2010-2014)

Cristian de Oliveira Lobo Campos¹

Adolfo Ignacio Calderón²

Joaquim José Soares Neto³

1 INTRODUÇÃO

A proposta do Ministério da Educação (MEC), encaminhada ao Congresso Nacional por meio do Projeto de Lei (PL) nº 8.035/2010 (Brasil, 2010a), visando à aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 e dando outras providências, apresentou um conjunto de 21 metas com suas respectivas estratégias. Nas relativas à educação superior, destacamos a meta 12, “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para cinquenta por cento e a taxa líquida para trinta e três por cento da população de dezoito a vinte e quatro anos, assegurando a qualidade da oferta” (Brasil, 2010a, p. 62). Para cada meta, o documento listou estratégias, sendo que a 12.6 previa:

Expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, por meio da constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador (Brasil, 2010a, p. 62).

Em 14 de janeiro de 2010, foi publicada a Lei nº 12.220, alterando a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Brasil, 2010b), a respeito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies). As alterações criaram um fundo garantidor, no qual o Estado, por meio da emissão de Certificado Financeiro do Tesouro (CFT), caracterizado como financiamento de gasto público com título

1. Professora, vice-presidente da Rede Brasileira de Certificação Pesquisa e Inovação (RBCIP) e membro da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (Abave). *E-mail*: <criscamposbsb@gmail.com>.

2. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), pesquisador de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), membro titular do conselho científico da Abave e coordenador acadêmico da Rede Brasileira de Pesquisa em *Rankings*, Índices e Tabelas Classificadoras na Educação Superior (Rede Rankintacs). *E-mail*: <adolfo.ignacio@puc-campinas.edu.br>.

3. Professor da Universidade de Brasília (UnB), presidente da Abave (2014-2018), conselheiro do Conselho Nacional de Educação (CNE) e presidente da Câmara de Educação Superior. *E-mail*: <jjssoaresneto@gmail.com>.

público de dívida interna, efetivava o pagamento às mantenedoras de instituições de ensino superior (IES) em contrapartida à concessão de financiamento a estudantes (Pinheiro e Serrano, 2019).

O objetivo deste estudo é analisar o processo de desenvolvimento da política pública de financiamento da educação superior por meio do Fies e sua possível correlação com a redução das assimetrias regionais e nacionais, focalizando a interiorização da oferta deste nível de ensino, no período de 2010 a 2014.

A escolha desse período se deu em função de 2010 ter sido o ano final do primeiro PNE, bem como o ano de referência do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o mesmo que será utilizado em parte desta análise, abrangendo o período que vai até 2014, ano que encerra o primeiro triênio de realização do segundo PNE.

Para atingirmos os percentuais de matrícula líquida propostos pela meta 12 do PNE, a projeção de crescimento percentual em relação ao cenário de 2009 foi, segundo Amaral (2016), citando estudos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para subsidiar a proposta do PNE 2011-2020, referente ao crescimento para as IES particulares, projetado em 49% para a modalidade presencial e 93% na modalidade de ensino a distância (EaD).

A revisão do financiamento público gerou forte impacto no setor, sendo que os números do financiamento partiram de 75.901 contratos, em 2010, para 731.957, em 2014, a soma dos contratos efetivados chegou, nesse período, a 1.898.554,00, segundo dados públicos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A região Norte registrou crescimento no número de contratos concedidos que ultrapassou os 5.000%. Entender esse cenário de expansão nas diversas microrregiões do país como parte de uma política pública, mapeando o volume da concessão de contratos, ajuda a perceber o processo de interiorização da educação superior como resultado do incentivo de uma política pública.

Demonstrar esse desenvolvimento por meio de dados dos contratos concedidos por ano, correlacionando com a classificação do IBGE de microrregiões em cada estado e região favorece a análise do processo. Os quadros apresentados a seguir contam com informações por região, microrregião, estado e cidade, uma vez que estes elementos são relevantes para a construção das análises realizadas.

Em relação aos financiamentos e suas concessões, este estudo trabalha com dados das planilhas de financiamentos concedidos, disponíveis no *site* do FNDE. O agrupamento dos dados teve como objetivo demonstrar a evolução das concessões nas regiões e suas microrregiões, bem como vincular ao entendimento de redução de assimetria proposto pela política pública.

Os questionamentos que surgem levantam as seguintes situações: quais os principais estados e microrregiões beneficiados em cada região? Podemos afirmar que esse processo colaborou para a interiorização da educação superior?

O documento de proposição da política pública estabeleceu críticas à concentração de oferta nos grandes centros urbanos, vinculando a situação à oferta das IES privadas sediadas nas regiões mais desenvolvidas. Ao longo do processo de concessão de contratos de financiamento, há indícios de revisão da situação criticada?

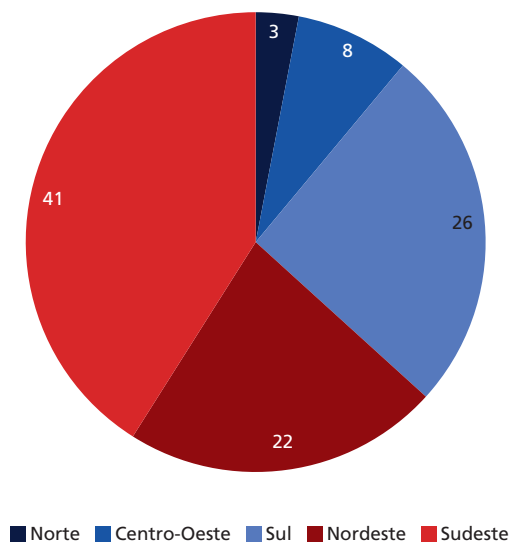
As análises visam contribuir para o debate em torno do objetivo deste estudo, ao mesmo tempo que demonstram a complexidade da expansão da educação superior no país.

Os dados são relevantes para entendermos os esforços das políticas públicas em apoiar a expansão e a redução da assimetria da educação superior, bem como a interiorização da oferta, criando condições adequadas para o fortalecimento do crescimento econômico e, conseqüentemente, de todo o país, gerando melhores condições de vida.

2 FINANCIAMENTO, OFERTA, EXPANSÃO E REGIONALIZAÇÃO

Em um mapa global, por região brasileira e total de contratos concedidos em 2010, verificamos, no gráfico 1, qual o perfil das concessões em termos numéricos e seus percentuais no montante total.

GRÁFICO 1
Contratos por região – Brasil (2010)
(Em %)



As informações sugerem a concentração na região Sudeste, com um pequeno percentual na região Norte. Somando-se as regiões Sul e Nordeste, temos um volume pouco superior ao total de concessões do Sudeste. Dessa forma, a assimetria citada nos documentos públicos se evidencia.

Nos dados da Lei nº 10.172/2001, que instituiu o primeiro PNE sob a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o tema da oferta desigual de vagas pelas regiões brasileiras foi citado com a necessidade de se corrigir a situação, visto que seria o resultado da concentração de oferta de vagas em instituições particulares das regiões mais desenvolvidas. O documento ressalta, ainda, a importância de haver expansão de vagas para atendimento aos estudantes do ensino médio, mas com qualidade, evitando-se a massificação, ressaltando o relevante papel das instituições particulares.

Em uma breve análise, a assimetria é evidente, visto que o número de contratos é bem superior em algumas regiões em detrimento de outras; todavia, essa discussão se vinculou ao quantitativo da população regional ou, ainda, à possibilidade de desenvolvimento daquela região em função das matrículas existentes no ensino médio ou de concluintes nos últimos anos?

A política pública evidenciou uma preocupação com a escolaridade em nível superior da população nacional, vinculada aos indicadores internacionais e de outras nações, principalmente na América Latina. Na Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que instituiu o PNE 2001, encontramos:

no conjunto da América Latina, o Brasil apresenta um dos índices mais baixos de acesso à educação superior, mesmo quando se leva em consideração o setor privado. Assim, a porcentagem de matriculados na educação superior brasileira em relação à população de 18 a 24 anos é de menos de 12%, comparando-se desfavoravelmente com os índices de outros países do continente. A Argentina, embora conte com 40% da faixa etária, configura um caso à parte, uma vez que adotou o ingresso irrestrito, o que se reflete em altos índices de repetência e evasão nos primeiros anos. Mas o Brasil continua em situação desfavorável frente ao Chile (20,6%), à Venezuela (26%) e à Bolívia (20,6%) (Brasil, 2001, p. 30).

A primeira meta do PNE 2001-2010 para a educação superior se constituiu em: prover, até o fim da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

Para tal, as ações tomadas envolveram, além da ampliação das ofertas de vagas nas instituições públicas, o aumento da oferta nas IES privadas, bem como o financiamento público para acesso às vagas. Discutindo o dado em si, cabe refletirmos acerca das assimetrias das ofertas de vagas na educação superior, visto que a proporção da população-alvo da ampliação de vagas era maior nas regiões com maior contingente populacional, coincidindo com as mais desenvolvidas do país.

Considerando a população-alvo do PNE, em faixa etária de 18 a 24 anos, o documento *Síntese de indicadores sociais*, do IBGE, de 2016, mostra a evolução deste perfil populacional no acesso à educação superior. Partindo de 2005, com uma taxa de frequência líquida na graduação de 11,4% para 18,4% em 2015, ainda muito tímida se comparada a outros países da América Latina, mas em crescimento.

Partindo para a análise dos dados públicos disponibilizados pelo FNDE, em 2011, sob a gestão da meta 12, do PNE 2011-2020, que preconiza, elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e vinculando essa perspectiva à projeção de crescimento das IES particulares, tivemos um total de 154.065 contratos concedidos, mais que o dobro do ano anterior.

Em 2012, esse número mais que dobrou em relação a 2011, sendo que houve crescimento constante até 2014. Em um olhar longitudinal, podemos verificar os dados na tabela 1.

TABELA 1
Soma da concessão de contratos por região – Brasil (2010-2014)

	2010	(%)	2011	(%)	2012	(%)	2013	(%)	2014	(%)	Total	(%)
Norte	2.285	3	6.336	4	16.581	4	31.314	6	52.245	7	108.761	5,7
Centro-Oeste	6.108	8	21.986	14	52.602	14	70.236	13	86.826	12	237.758	12,5
Sul	19.488	26	28.028	18	45.296	12	61.939	11	85.452	12	240.203	12,7
Nordeste	16.876	22	35.534	23	85.649	23	130.784	23	175.245	24	444.088	23,4
Sudeste	31.144	41	62.181	40	177.244	47	264.986	47	332.189	45	867.744	45,7
Total	75.901	100	154.065	100	377.372	100	559.259	100	731.957	100	1.898.554	100,0

Fonte: FNDE 2010-2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>.

Na tabela 1, percebemos que o número de contratos cresceu de forma expressiva, bem como houve distribuição percentual de oferta nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, em detrimento de queda representativa na contribuição percentual da oferta na região Sul. Todavia, não houve redução na região Sudeste, pelo contrário, houve crescimento, e, ainda, somando os dados das regiões Sul e Sudeste, nestas foram concedidos 58,4% dos contratos concedidos pelo Fies.

Apesar da redução do percentual de concessão de contratos nas regiões mais desenvolvidas do país, Sul e Sudeste, em relação ao início da análise, 2010, elas mantiveram uma representação significativa, com pouca redução das assimetrias regionais, principalmente em relação à região Sudeste.

Comparando dados da Sinopse Estatística do Censo da Educação Superior,⁴ divulgados pelo Inep, em 2010, o setor privado respondia por 4.736.001 de matrículas

4. Para mais detalhes, ver: <<https://bit.ly/3gvlWRH>>.

nas modalidades presencial e EaD, sendo que 16% delas eram advindas do Fies. Em 2014, o setor privado reunia 5.867.011 de matrículas, com 75% do total. Utilizando esses números para nova comparação com dados dos contratos assinados do Fies, o programa de financiamento, em 2014, detinha 12,5% dos estudantes nas IES particulares, portanto, percentualmente, em relação ao número total de matriculados, o programa passou a responder por uma fatia menor das matrículas, embora tenha tido ampliação da oferta de contratos ao longo do período. No entanto, importante ressaltar que estamos tratando dos dados informados pelas IES, em matrículas efetivas, sem discutir o número de vagas, sua ociosidade, entre outros.

Analisando os dados dos estados em cada região, encontramos as informações da tabela 2, há crescimento anual expressivo nos números de concessão em todas as regiões, sem exceção, mas apesar do crescimento, a assimetria regional se manteve. Para tal, basta verificar que o total geral da soma de concessão de contratos do estado de São Paulo é superior ao de toda a região Nordeste.

TABELA 2
Soma da concessão de contratos por estado – Brasil (2010-2014)

Região/estado	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Norte	2.285	6.336	16.581	31.314	52.245	108.761
Roraima	7	259	1.129	2.026	2.381	5.802
Tocantins	742	929	1.874	2.495	3.844	9.884
Acre	142	1.335	2.852	4.004	4.432	12.765
Rondônia	335	778	1.588	3.934	7.019	13.654
Amapá	31	610	2.983	4.367	5.982	13.973
Amazonas	333	716	1.769	7.466	15.758	26.042
Pará	695	1.709	4.386	7.022	12.829	26.641
Centro-Oeste	6.108	21.986	52.602	70.236	86.826	237.758
Mato Grosso do Sul	1.156	4.373	9.706	11.044	13.405	39.684
Goiás	1.217	4.976	10.899	14.601	19.307	51.000
Distrito Federal	1.044	3.292	12.164	22.855	29.077	68.432
Mato Grosso	2.691	9.345	19.833	21.736	25.037	78.642
Sul	19.488	28.028	45.296	61.939	85.452	240.203
Santa Catarina	3.104	4.666	9.816	13.278	17.937	48.801
Rio Grande do Sul	10.559	13.438	16.023	23.001	31.346	94.367
Paraná	5.825	9.924	19.457	25.660	36.169	97.035
Nordeste	16.876	35.534	85.649	130.784	175.245	444.088
Alagoas	398	2.018	4.506	5.686	8.130	20.738
Sergipe	705	1.634	3.678	5.642	9.655	21.314

(Continua)

(Continuação)

Região/estado	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Piauí	1.887	2.494	3.733	5.823	7.524	21.461
Rio Grande do Norte	1.883	2.434	7.577	8.720	10.522	31.136
Paraíba	996	2.172	6.036	10.415	15.354	34.973
Maranhão	247	1.777	6.806	10.896	18.383	38.109
Pernambuco	1.212	4.390	10.532	16.616	22.649	55.399
Ceará	4.028	8.675	18.161	26.544	32.567	89.975
Bahia	5.520	9.940	24.620	40.442	50.461	130.983
Sudeste	31.144	62.181	177.244	264.986	332.189	867.744
Espírito Santo	1.623	2.975	6.842	9.250	14.857	35.547
Rio de Janeiro	3.304	7.188	21.776	37.064	51.714	121.046
Minas Gerais	16.095	24.006	46.431	60.253	78.892	225.677
São Paulo	10.122	28.012	102.195	158.419	186.726	485.474
Total	75.901	154.065	377.372	559.259	731.957	1.898.554

Fonte: FNDE 2010-2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>.

Em cada região, conforme apresentado na tabela 2, há diferentes quantitativos entre os estados em relação às concessões de financiamentos. O incremento do financiamento público entre 2012 e 2014 é evidente e relevante.

Para analisar o impacto regional da oferta e um possível movimento de interiorização, realizou-se um recorte na análise dos dados por microrregiões. Das 19.433 IES que tiveram financiamentos concedidos de 2010 a 2014, 18.115 tiveram menos de 350 concessões por ano, representando 93% do total das IES; e 1.318 tiveram valores iguais ou superiores ao recorte, representando 7% do total. Assim, decidiu-se trabalhar com número igual ou superior a 350 concessões por IES em cada microrregião. Os dados revelam a concentração na concessão dos financiamentos ao longo do período em análise, em que o maior número de IES, 18.115, obteve 962.325 concessões, e 1.318 obtiveram 936.229.

No quadro 1, a seguir, podemos verificar que em 2010, na região Sul, houve um processo de interiorização das concessões de financiamento, não sendo verificável nas demais regiões do país, no mesmo ano.

Para favorecer o agrupamento das concessões nas diversas regiões e seus estados, realizamos o trabalho pelas microrregiões definidas pelo IBGE. De acordo com o *site* do IBGE, no tema divisão regional do Brasil, o conceito de mesorregiões e microrregiões geográficas é de 1990, sendo tarefa do instituto a divisão regional de caráter científico. Foram utilizadas nesse estudo as planilhas com dados disponíveis de 2017. Cada dado obtido relativo à concessão de contratos pelo Fies foi classificado por estado, região e município e, posteriormente, por microrregião.

Os quadros contam com informações por região, microrregião, estado e cidade, uma vez que estas são relevantes para a construção das análises. A ordem dos dados considerou a nomenclatura dos estados por região.

QUADRO 1
IES, região e quantidade de financiamentos – Brasil (2010)

Região/classificação	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Sudeste			
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Belo Horizonte	1.338
Total			1.338
Centro-Oeste			
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Cuiabá	1.513
Total			1.513
Nordeste			
Microrregião de Salvador	Bahia	Lauro de Freitas	429
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Fortaleza	1.322
Microrregião de Teresina	Piauí	Teresina	412
Microrregião de Natal	Rio Grande do Norte	Natal	707
Total			2.870
Sul			
Microrregião de Lajeado – Estrela	Rio Grande do Sul	Lajeado	659
Microrregião de Passo Fundo	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	1.018
Microrregião de Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	1.379
Total			3.056

Fontes: FNDE 2010-2014 (disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>) e IBGE (2017).

Analisando o impacto das concessões de 2010 das IES com maior número de contratos, na região Sudeste, o movimento ocorre na microrregião da capital do estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte. Na região Centro-Oeste, o impacto envolve a microrregião de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá. Na região Nordeste, o impacto envolve diferentes microrregiões, sempre nas capitais metropolitanas. Portanto, os grandes centros urbanos concentram as concessões nesse ano. Na região Sul, temos a maior diversificação com presença no interior, visto que as concessões ocorridas foram em IES localizadas nas microrregiões, nas cidades de Lajeado, Passo Fundo e Santa Cruz do Sul e não nas microrregiões das capitais dos estados.

Importante ressaltar que os dados constantes nos quadros estão totalizando as informações das IES localizadas em uma mesma microrregião, conforme informações do FNDE. Consideram, ainda, o recorte de no mínimo 350 contratos concedidos por IES, visto este ter sido o corte estabelecido por esta pesquisa.

Em 2011, houve um aumento no volume das concessões e suas contratações no Fies, com participação de diversos estados e suas microrregiões, bem como ampliação no número total de financiamentos. O crescimento observado em cada região é expressivo em relação a 2010. Na região Sudeste, o número de concessões mais que quadruplicou, enquanto na região Sul, dobrou. No Nordeste, a concentração na microrregião de Fortaleza, um grande centro urbano, representa 57% das concessões em toda a região.

A concentração se repete no Sudeste, na microrregião de Belo Horizonte, se somarmos os três centros urbanos dessa região, conforme dados de 2011, eles representam 64% do total de concessões.

QUADRO 2
IES, região e quantidade de financiamentos – Brasil (2011)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Norte			
Microrregião de Rio Branco	Acre	Rio Branco	1.065
Total			1.065
Sudeste			
Microrregião de Montes Claros	Minas Gerais	Montes Claros	405
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Belo Horizonte	2.312
Microrregião de Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	411
Microrregião de Rio Claro	São Paulo	Rio Claro	382
Microrregião de Franca	São Paulo	Franca	392
Microrregião de Ribeirão Preto	São Paulo	Ribeirão Preto	453
Microrregião de Sorocaba	São Paulo	Sorocaba	458
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Paulo	963
Total			5.766
Sul			
Microrregião de Maringá	Paraná	Maringá	667
Microrregião de Curitiba	Paraná	Curitiba	2.071
Microrregião de Erechim	Rio Grande do Sul	Erechim	489
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	São Leopoldo	1.163
Microrregião de Passo Fundo	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	1.180
Microrregião de Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	1.253
Total			6.823

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Nordeste			
Microrregião de Salvador	Bahia	Salvador	594
Microrregião de Cariri	Ceará	Juazeiro do Norte	448
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Fortaleza	4.707
Microrregião de Sobral	Ceará	Sobral	372
Microrregião de Recife	Pernambuco	Recife	991
Microrregião do Vale do Ipojuca	Pernambuco	Caruaru	358
Microrregião de Aracaju	Sergipe	Aracaju	764
Total			8.234
Centro-Oeste			
Microrregião de Brasília	Distrito Federal	Brasília	815
Microrregião de Anápolis	Goiás	Anápolis	1.348
Microrregião de Goiânia	Goiás	Goiânia	846
Microrregião de Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	1.997
Microrregião de Dourados	Mato Grosso do Sul	Dourados	461
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Cuiabá	3.925
Total			9.392

Fontes: FNDE 2010-2014 (disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>) e IBGE (2017).

Com relação às regiões e à concessão dos contratos do Fies para microrregiões do interior em 2011 (quadro 2), percebemos nas regiões Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste uma diversificação com números expressivos de contratos assinados na capital, assim como a presença em outras regiões dos estados. Todavia, mesmo na região Sul, a que contém maior diversificação de microrregiões, quando analisamos os quantitativos, os dois centros urbanos, Curitiba e Porto Alegre, somam quase 50% do total de concessões.

Existem duas microrregiões, uma situada no Nordeste, Fortaleza; e outra no Centro-Oeste, Cuiabá, cujos quantitativos de concessões mais que dobraram em relação ao ano anterior, com destaque para a primeira.

Em 2012, a ampliação no quantitativo de contratos chegou a mais de 120% em relação a 2011, com alteração no quantitativo de concessões em cada região e microrregião, destacando a presença do estado de São Paulo e suas diversas microrregiões. A microrregião da cidade de São Paulo concentrou a maior quantidade dos contratos do estado e da região, com 32,8% do total.

Ainda acerca de 2012, percebemos na região Nordeste que as microrregiões das capitais dos estados, grandes centros urbanos, respondem por 34.001 do total de 41.639 contratos, representando 81,6% do total.

Com o número de contratos ampliado de forma expressiva em 2012, o quantitativo de microrregiões também aumentou, sendo que na região Norte se referem às capitais; na região Sul, há um número maior de microrregiões, gerando uma desconcentração, atendendo, assim, uma perspectiva de interiorização para esse ano.

Na região Centro-Oeste, apesar de termos a presença de microrregiões diversas das capitais, o número de contratos efetivados nas capitais é de 24.170 em um total de 32.468, mantendo a concentração nos centros urbanos.

QUADRO 3
IES, região e quantidade de financiamentos – Brasil (2012)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Norte			
Microrregião de Rio Branco	Acre	Rio Branco	1.815
Microrregião de Macapá	Amapá	Macapá	1.763
Microrregião de Belém	Pará	Belém	820
Microrregião de Boa Vista	Roraima	Boa Vista	511
Total			4.909
Sul			
Microrregião de Cascavel	Paraná	Cascavel	419
Microrregião de Curitiba	Paraná	Curitiba	2.885
Microrregião de Londrina	Paraná	Londrina	761
Microrregião de Maringá	Paraná	Maringá	1.390
Microrregião de Toledo	Paraná	Toledo	476
Microrregião de Erechim	Rio Grande do Sul	Erechim	836
Microrregião de Lajeado – Estrela	Rio Grande do Sul	Lajeado	942
Microrregião de Litoral Lagunar	Rio Grande do Sul	Laguna	763
Microrregião de Passo Fundo	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	811
Microrregião de Pelotas	Rio Grande do Sul	Pelotas	566
Microrregião de Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	1.450
Microrregião de Itajaí	Santa Catarina	Itajaí	603
Microrregião de Chapecó	Santa Catarina	Chapecó	444
Total			12.346
Centro-Oeste			
Microrregião de Brasília	Distrito Federal	Brasília	7.764
Microrregião de Anápolis	Goiás	Anápolis	3.682

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Goiânia	Goiás	Goiânia	1.977
Microrregião de Alto Teles Pires	Mato Grosso	Sorriso	564
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Cuiabá	8.702
Microrregião de Primavera do Leste	Mato Grosso	Primavera do Leste	377
Microrregião de Rondonópolis	Mato Grosso	Rondonópolis	1.814
Microrregião de Sinop	Mato Grosso	Sinop	504
Microrregião de Campo Grande	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	5.727
Microrregião de Dourados	Mato Grosso do Sul	Dourados	1.357
Total			32.468
Nordeste			
Microrregião de Maceió	Alagoas	Maceió	1.309
Microrregião de Feira de Santana	Bahia	Feira de Santana	391
Microrregião de Ilhéus-Itabuna	Bahia	Itabuna	1.302
Microrregião de Porto Seguro	Bahia	Teixeira de Freitas	502
Microrregião de Ribeira do Pombal	Bahia	Paripiranga	856
Microrregião de Salvador	Bahia	Lauro de Freitas	936
Microrregião de Salvador	Bahia	Salvador	5.868
Microrregião de Cariri	Ceará	Juazeiro do Norte	727
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Fortaleza	10.715
Microrregião de Sobral	Ceará	Sobral	709
Microrregião de Campina Grande	Paraíba	Campina Grande	1.170
Microrregião de João Pessoa	Paraíba	João Pessoa	1.353
Microrregião de São Luís	Maranhão	São Luís	2.791
Microrregião de Ipojuca	Pernambuco	Caruaru	426
Microrregião de Recife	Pernambuco	Recife	5.178
Microrregião de Teresina	Piauí	Teresina	1.033
Microrregião de Natal	Rio Grande do Norte	Natal	3.542
Microrregião de Mossoró	Rio Grande do Norte	Mossoró	619
Microrregião de Aracajú	Sergipe	Aracajú	2.212
Total			41.639
Sudeste			
Microrregião de Linhares	Espírito Santo	Linhares	1.137
Microrregião de Nova Venécia	Espírito Santo	Nova Venécia	460
Microrregião de Vitória	Espírito Santo	Vila Velha	532
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Belo Horizonte	6.418
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Betim	1.283
Microrregião de Divinópolis	Minas Gerais	Divinópolis	1.231

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Ipatinga	Minas Gerais	Coronel Fabriciano	996
Microrregião de Ipatinga	Minas Gerais	Ipatinga	827
Microrregião de Juiz de Fora	Minas Gerais	Juiz de Fora	364
Microrregião de Montes Claros	Minas Gerais	Montes Claros	2.488
Microrregião de Paracatu	Minas Gerais	Paracatu	393
Microrregião de Sete Lagoas	Minas Gerais	Sete Lagoas	765
Microrregião de Uberlândia	Minas Gerais	Uberlândia	481
Microrregião de Lagos	Rio de Janeiro	Araruama	523
Microrregião de Nova Friburgo	Rio de Janeiro	Nova Friburgo	362
Microrregião de Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Niterói	1.412
Microrregião de Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	1.090
Microrregião de Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	1.700
Microrregião de Bauru	São Paulo	Bauru	1.236
Microrregião de Campinas	São Paulo	Campinas	2.222
Microrregião de Campinas	São Paulo	Santa Bárbara D'Oeste	563
Microrregião de Franca	São Paulo	Franca	1.460
Microrregião de Guarulhos	São Paulo	Guarulhos	504
Microrregião de Itapeçerica da Serra	São Paulo	Taboão da Serra	504
Microrregião de Itapeçerica da Serra	São Paulo	Vargem Grande Paulista	497
Microrregião de Jundiá	São Paulo	Jundiá	1.007
Microrregião de Limeira	São Paulo	Leme	512
Microrregião de Limeira	São Paulo	Limeira	592
Microrregião de Marília	São Paulo	Marília	387
Microrregião de Osasco	São Paulo	Osasco	1.230
Microrregião de Ourinhos	São Paulo	Ourinhos	356
Microrregião de Piracicaba	São Paulo	Piracicaba	487
Microrregião de Presidente Prudente	São Paulo	Presidente Prudente	796
Microrregião de Ribeirão Preto	São Paulo	Sertãozinho	504
Microrregião de Ribeirão Preto	São Paulo	Ribeirão Preto	1.687
Microrregião de São José do Rio Preto	São Paulo	São José do Rio Preto	388
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	Jacaré	371
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	São José dos Campos	1.003
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	Taubaté	1.457
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Diadema	421
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Mauá	532
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Mirassol	671
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Santo André	3.359

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Santos	813
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Caetano do Sul	1.327
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Bernardo do Campo	996
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Paulo	13.763
Microrregião de Sorocaba	São Paulo	Itu	503
Microrregião de Sorocaba	São Paulo	São Roque	935
Microrregião de Sorocaba	São Paulo	Sorocaba	2.433
Microrregião de Tatuí	São Paulo	Boituva	779
Total			66.754

Fontes: FNDE 2010-2014 (disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>) e IBGE (2017).

A concentração dos contratos em algumas IES situadas nas capitais pode ter inviabilizado o processo de interiorização, mas demonstra um erro da política pública que não previu essas situações nem criou mecanismos de controle acerca da concessão dos contratos para as IES, permitindo a situação encontrada. Os dados discutidos e analisados se referem a estudantes matriculados na modalidade presencial.

Em 2013, o crescimento no número de contratos total se mantém expressivo em relação ao ano anterior (quadro 4), lembrando que os dados, em geral, são cumulativos, envolvem os contratos dos anos anteriores e do ano atual. Poderá acontecer redução de um ano para o outro em situações específicas ou quando há formatura e as vagas não são mais disponibilizadas. O modelo implementado pela política pública de distribuição de vagas por curso e região variou ao longo dos anos em estudo.

O processo de concentração de concessões nas microrregiões das capitais da região Norte fica evidente, visto que só existem capitais citadas no recorte de 350 ou mais contratos. Em quatro das cinco regiões brasileiras, a concentração nas microrregiões das capitais se mostra efetiva, a exceção fica com a região Sul, na qual o movimento é de distribuição entre várias microrregiões, com as capitais representando 21,7% do total.

Na região Centro-Oeste, encontramos 75% das concessões de contratos nas microrregiões das capitais de seus estados, nos grandes centros urbanos, sendo que somente outras sete microrregiões desses estados foram citadas no recorte de 350 ou mais contratos concedidos. Na região Sudeste, a concentração de concessões de contratos nas microrregiões das capitais é menor que na região Centro-Oeste, mas representa 52% do total.

QUADRO 4
IES, região e quantidade de financiamentos – Brasil (2013)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Norte			
Microrregião de Belém	Pará	Belém	2.358
Microrregião de Boa Vista	Roraima	Boa vista	1.461
Microrregião de Macapá	Amapá	Macapá	3.390
Microrregião de Manaus	Amazonas	Manaus	2.765
Microrregião de Porto Nacional	Tocantins	Palmas	423
Microrregião de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho	2.042
Microrregião de Rio Branco	Acre	Rio Branco	3.287
Total			15.726
Sul			
Microrregião de Blumenau	Santa Catarina	Blumenau	403
Microrregião de Chapecó	Santa Catarina	Chapecó	459
Microrregião de Criciúma	Santa Catarina	Criciúma	428
Microrregião de Florianópolis	Santa Catarina	São José	424
Microrregião de Itajaí	Santa Catarina	Itajaí	609
Microrregião de Joinville	Santa Catarina	Joinville	353
Microrregião de Cascavel	Paraná	Cascavel	1.050
Microrregião de Curitiba	Paraná	Curitiba	2.054
Microrregião de Francisco Beltrão	Paraná	Francisco Beltrão	436
Microrregião de Guarapuava	Paraná	Guarapuava	472
Microrregião de Londrina	Paraná	Londrina	1.947
Microrregião de Maringá	Paraná	Maringá	2.010
Microrregião de Umuarama	Paraná	Umuarama	613
Microrregião de Caxias do Sul	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	689
Microrregião de Frederico Westphalen	Rio Grande do Sul	Frederico Westphalen	508
Microrregião de Ijuí	Rio Grande do Sul	Ijuí	386
Microrregião de Lajeado-Estrela	Rio Grande do Sul	Lajeado	472
Microrregião de Litoral Lagunar	Rio Grande do Sul	Rio Grande	1.033
Microrregião de Passo Fundo	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	1.352
Microrregião de Pelotas	Rio Grande do Sul	Pelotas	735
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Novo Hamburgo	892
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1.076
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	São Leopoldo	520
Microrregião de Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	1.494
Microrregião de Santo Ângelo	Rio Grande do Sul	Santo Ângelo	492
Total			20.907

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Centro-Oeste			
Microrregião de Brasília	Distrito Federal	Brasília	14.350
Microrregião de Anápolis	Goiás	Anápolis	3.482
Microrregião de Anicuns	Goiás	São Luís de Montes Belos	505
Microrregião de Goiânia	Goiás	Goiânia	4.918
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Cuiabá	7.073
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Várzea Grande	3.622
Microrregião de Rondonópolis	Mato Grosso	Rondonópolis	1.801
Microrregião de Sinop	Mato Grosso	SINOP	415
Microrregião de Sorriso	Mato Grosso	Sorriso	437
Microrregião de Campos Grande	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	6.588
Microrregião de Dourados	Mato Grosso do Sul	Dourados	749
Total			43.940
Nordeste			
Microrregião de Maceió	Alagoas	Maceió	2.984
Microrregião de Alagoinhas	Bahia	Alagoinhas	353
Microrregião de Feira de Santana	Bahia	Feira de Santana	887
Microrregião de Guanambi	Bahia	Guanambi	875
Microrregião de Ilhéus-Itabuna	Bahia	Itabuna	1.884
Microrregião de Porto Seguro	Bahia	Teixeira de Freitas	1.111
Microrregião de Ribeira do Pombal	Bahia	Paripiranga	1.455
Microrregião de Salvador	Bahia	Lauro de Freitas	1.149
Microrregião de Salvador	Bahia	Salvador	14.260
Microrregião de Cariri	Ceará	Juazeiro do Norte	1.486
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Caucaia	383
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Fortaleza	15.702
Microrregião de Sobral	Ceará	Sobral	1.300
Microrregião de Caxias	Maranhão	Caxias	865
Microrregião de São Luís	Maranhão	São Luís	6.783
Microrregião de Campina Grande	Paraíba	Campina Grande	2.072
Microrregião de João Pessoa	Paraíba	João Pessoa	3.335
Microrregião de Recife	Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	1.260
Microrregião de Recife	Pernambuco	Recife	7.832
Microrregião de Vale do Ipojuca	Pernambuco	Caruaru	807
Microrregião de Teresina	Piauí	Teresina	2.039
Microrregião de Mossoró	Rio Grande do Norte	Mossoró	1.617
Microrregião de Natal	Rio Grande do Norte	Natal	3.646
Microrregião de Aracaju	Sergipe	Aracaju	3.827
Total			77.912

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Sudeste			
Microrregião de Guarapari	Espírito Santo	Guarapari	451
Microrregião de Linhares	Espírito Santo	Linhares	1.225
Microrregião de Nova Venécia	Espírito Santo	Nova Venécia	583
Microrregião de Vitória	Espírito Santo	Vila Velha	1.063
Microrregião de Vitória	Espírito Santo	Vitória	520
Microrregião de Horizonte	Minas Gerais	Belo Horizonte	10.298
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Betim	1.458
Microrregião de Divinópolis	Minas Gerais	Divinópolis	1.570
Microrregião de Governador Valadares	Minas Gerais	Governador Valadares	951
Microrregião de Ipatinga	Minas Gerais	Coronel Fabriciano	922
Microrregião de Ipatinga	Minas Gerais	Ipatinga	1.895
Microrregião de Juiz de Fora	Minas Gerais	Juiz de Fora	1.478
Microrregião de Montes Claros	Minas Gerais	Montes Claros	416
Microrregião de Patos de Minas	Minas Gerais	Patos de Minas	723
Microrregião de Paracatu	Minas Gerais	João Pinheiro	381
Microrregião de Paracatu	Minas Gerais	Paracatu	389
Microrregião de Poços de Caldas	Minas Gerais	Poços de Caldas	504
Microrregião de Sete Lagoas	Minas Gerais	Sete Lagoas	512
Microrregião de Uberlândia	Minas Gerais	Uberlândia	2.303
Microrregião de Lagos	Rio de Janeiro	Araruama	544
Microrregião de Lagos	Rio de Janeiro	Cabo Frio	1.836
Microrregião de Nova Friburgo	Rio de Janeiro	Nova Friburgo	476
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Niterói	4.164
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	1.981
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	7.789
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	São Gonçalo	419
Microrregião de Araraquara	São Paulo	Araraquara	455
Microrregião de Assis	São Paulo	Assis	666
Microrregião de Auriflama	São Paulo	Auriflama	364
Microrregião de Avaré	São Paulo	Avaré	364
Microrregião de Barretos	São Paulo	Barretos	440
Microrregião de Barretos	São Paulo	Baurui	2.248
Microrregião de Birigui	São Paulo	Birigui	410
Microrregião de Campinas	São Paulo	Campinas	4.748
Microrregião de Campinas	São Paulo	Jaguariúna	497
Microrregião de Campinas	São Paulo	Santa Bárbara d'Oeste	603
Microrregião de Campinas	São Paulo	Sumaré	401
Microrregião de Franca	São Paulo	Franca	1.808

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Guarulhos	São Paulo	Guarulhos	741
Microrregião de Itapeçerica da Serra	São Paulo	Taboão da Serra	1.149
Microrregião de Itapeva	São Paulo	Itapeva	839
Microrregião de Jundiáí	São Paulo	Jundiáí	2.066
Microrregião de Limeira	São Paulo	Araras	873
Microrregião de Limeira	São Paulo	Leme	645
Microrregião de Limeira	São Paulo	Limeira	599
Microrregião de Marília	São Paulo	Garça	404
Microrregião de Marília	São Paulo	Marília	715
Microrregião de Mauá	São Paulo	Mauá	1.196
Microrregião de Mogi das Cruzes	São Paulo	Mogi das Cruzes	1.207
Microrregião de Osasco	São Paulo	Jandira	461
Microrregião de Osasco	São Paulo	Osasco	2.880
Microrregião de Osasco	São Paulo	Santana de Parnaíba	417
Microrregião de Ourinhos	São Paulo	Ourinhos	575
Microrregião de Piracicaba	São Paulo	Piracicaba	1.419
Microrregião de Presidente Prudente	São Paulo	Presidente Epitácio	454
Microrregião de Presidente Prudente	São Paulo	Presidente Prudente	3.934
Microrregião de Ribeirão Preto	São Paulo	Ribeirão Preto	1.794
Microrregião de Santos	São Paulo	Santos	1.103
Microrregião de São João da Boa Vista	São Paulo	São João da Boa Vista	780
Microrregião de São João da Boa Vista	São Paulo	São José do Rio Pardo	403
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	Jacaréí	500
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	São José dos Campos	2.933
Microrregião São José dos Campos	São Paulo	Taubaté	1.518
Microrregião de São José do Rio Preto	São Paulo	Mirassol	395
Microrregião de São José do Rio Preto	São Paulo	Olímpia	525
Microrregião de São José do Rio Preto	São Paulo	São José do Rio Preto	587
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Diadema	529
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Ribeirão Pires	706
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Santo André	5.019
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Bernardo do Campo	3.938
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Paulo	33.967
Microrregião de Sorocaba	São Paulo	Sorocaba	4.944
Microrregião de Tupã	São Paulo	Tupã	357
Total			138.427

Fontes: FNDE 2010-2014 (disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>) e IBGE (2017).

Quando nos referimos à região Sudeste, no quadro 4, o quantitativo das microrregiões das capitais é superior ao das concessões de toda a região Norte e Sul.

Em 2014, os dados (quadro 5) reafirmam a concentração da oferta, com inserção de algumas microrregiões que não figuravam anteriormente nessa classificação nos anos anteriores, mas que as IES em suas localidades apresentaram 350 ou mais contratos.

Na região Norte, o cenário de concessões nas microrregiões das capitais foi ampliado, quase dobrando os números em relação ao ano anterior, enquanto, na região Sul, apesar do aumento expressivo nas concessões, acima de 60% considerando os dados de 2013, a diversificação de microrregiões é visível, com menor concentração nas capitais.

Ainda no quadro 5, a região Centro-Oeste teve um aumento pouco expressivo em relação ao ano anterior e às regiões citadas, mas a concentração nas microrregiões das capitais se manteve, com 73% do total. Na região Sudeste, a concentração é ainda mais evidente, somente a microrregião de São Paulo respondeu por 53.849 concessões de contratos, número superior ao quantitativo total de concessões nas regiões Norte e Sul.

QUADRO 5
IES, região e quantidade de financiamentos – Brasil (2014)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Norte			
Microrregião de Belém	Pará	Belém	6.997
Microrregião de Boa Vista	Roraima	Boa vista	2.194
Microrregião de Macapá	Amapá	Macapá	3.933
Microrregião de Manaus	Amazonas	Manaus	9.419
Microrregião de Porto Nacional	Tocantins	Palmas	1.175
Microrregião de Porto Velho	Rondônia	Porto Velho	3.226
Microrregião de Rio Branco	Acre	Rio Branco	3.582
Total			30.526
Sul			
Microrregião de Blumenau	Santa Catarina	Blumenau	561
Microrregião de Blumenau	Santa Catarina	Indaial	421
Microrregião de Chapecó	Santa Catarina	Chapecó	814
Microrregião de Criciúma	Santa Catarina	Criciúma	918
Microrregião de Florianópolis	Santa Catarina	São José	1.067
Microrregião de Itajaí	Santa Catarina	Itajaí	1.094
Microrregião de Joinville	Santa Catarina	Joinville	1.033

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de São Miguel do Oeste	Santa Catarina	Itapiranga	359
Microrregião de Apucarana	Paraná	Arapongas	432
Microrregião de Campo Mourão	Paraná	Campo Mourão	439
Microrregião de Cascavel	Paraná	Cascavel	1.830
Microrregião de Curitiba	Paraná	Curitiba	3.648
Microrregião de Foz do Iguaçu	Paraná	Foz do Iguaçu	564
Microrregião de Francisco Beltrão	Paraná	Francisco Beltrão	595
Microrregião de Guarapuava	Paraná	Guarapuava	1.058
Microrregião de Londrina	Paraná	Londrina	3.938
Microrregião de Maringá	Paraná	Maringá	2.954
Microrregião de Pato Branco	Paraná	Pato Branco	430
Microrregião de Umuarama	Paraná	Umuarama	700
Microrregião de União da Vitória	Paraná	União da Vitória	401
Microrregião de Caxias do Sul	Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	1.858
Microrregião de Cruz Alta	Rio Grande do Sul	Cruz Alta	389
Microrregião de Frederico Westphalen	Rio Grande do Sul	Frederico Westphalen	437
Microrregião de Ijuí	Rio Grande do Sul	Ijuí	370
Microrregião de Lajeado-Estrela	Rio Grande do Sul	Lajeado	640
Microrregião de Litoral Lagunar	Rio Grande do Sul	Rio Grande	536
Microrregião de Passo Fundo	Rio Grande do Sul	Passo Fundo	1.871
Microrregião de Pelotas	Rio Grande do Sul	Pelotas	1.290
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Canoas	1.156
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Novo Hamburgo	1.024
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	1.685
Microrregião de Porto Alegre	Rio Grande do Sul	São Leopoldo	1.668
Microrregião de Santa Cruz do Sul	Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	1.604
Microrregião de Santo Ângelo	Rio Grande do Sul	Santo Ângelo	564
Total			38.348
Centro-Oeste			
Microrregião de Brasília	Distrito Federal	Brasília	19.845
Microrregião de Anápolis	Goiás	Anápolis	3.639
Microrregião de Anicuns	Goiás	São Luís de Montes Belos	1.228
Microrregião de Goiânia	Goiás	Goiânia	6.539
Microrregião de Goiânia	Goiás	Trindade	462
Microrregião de Alto Pantanal	Mato Grosso	Cáceres	354
Microrregião de Colíder	Mato Grosso	Guarantã do Norte	387

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Cuiabá	7.920
Microrregião de Cuiabá	Mato Grosso	Várzea Grande	3.803
Microrregião de Rondonópolis	Mato Grosso	Rondonópolis	2.188
Microrregião de Sinop	Mato Grosso	SINOP	1.360
Microrregião de Sorriso	Mato Grosso	Sorriso	649
Microrregião de Campos Grande	Mato Grosso do Sul	Campo Grande	8.678
Microrregião de Dourados	Mato Grosso do Sul	Dourados	1.260
Microrregião de Três Lagoas	Mato Grosso do Sul	Três Lagoas	438
Total			58.750
Nordeste			
Microrregião de Maceió	Alagoas	Maceió	4.753
Microrregião de Alagoinhas	Bahia	Alagoinhas	1.309
Microrregião de Feira de Santana	Bahia	Feira de Santana	2.967
Microrregião de Guanambi	Bahia	Guanambi	535
Microrregião de Ilhéus-Itabuna	Bahia	Itabuna	3.117
Microrregião de Porto Seguro	Bahia	Teixeira de Freitas	1.442
Microrregião de Ribeira do Pombal	Bahia	Paripiranga	1.786
Microrregião de Ribeira do Pombal	Bahia	Ribeira do Pombal	492
Microrregião de Salvador	Bahia	Lauro de Freitas	1.750
Microrregião de Salvador	Bahia	Salvador	15.535
Microrregião de Vitória da Conquista	Bahia	Vitória da Conquista	973
Microrregião de Cariri	Ceará	Juazeiro do Norte	1.176
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Caucaia	836
Microrregião de Fortaleza	Ceará	Fortaleza	18.443
Microrregião de Sertão de Quixeramobim	Ceará	Quixadá	805
Microrregião de Sobral	Ceará	Sobral	1.751
Microrregião de Aglomeração Urbana São Luís	Maranhão	Paço do Lumiar	479
Microrregião de Caxias	Maranhão	Caxias	1.049
Microrregião de São Luís	Maranhão	São Luís	10.975
Microrregião de Campina Grande	Paraíba	Campina Grande	3.096
Microrregião de João Pessoa	Paraíba	João Pessoa	6.009
Microrregião de Patos	Paraíba	Patos	880
Microrregião de Sousa	Paraíba	Paulista	424
Microrregião de Recife	Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	1.870
Microrregião de Recife	Pernambuco	Recife	10.510
Microrregião do Vale do Ipojuca	Pernambuco	Caruaru	2.589
Microrregião do Litoral Piauiense	Piauí	Parnaíba	571

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Teresina	Piauí	Teresina	1.765
Microrregião de Mossoró	Rio Grande do Norte	Mossoró	1.309
Microrregião de Natal	Rio Grande do Norte	Natal	5.956
Microrregião de Aracaju	Sergipe	Aracaju	7.222
Total			112.334
Sudeste			
Microrregião de Guarapari	Espírito Santo	Guarapari	1.011
Microrregião de Linhares	Espírito Santo	Linhares	1.314
Microrregião de Nova Venécia	Espírito Santo	Nova Venécia	740
Microrregião de São Mateus	Espírito Santo	São Mateus	857
Microrregião de Vitória	Espírito Santo	Vila Velha	1.528
Microrregião de Vitória	Espírito Santo	Vitória	2.274
Microrregião de Alfenas	Minas Gerais	Alfenas	521
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Belo Horizonte	16.160
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Betim	2.165
Microrregião de Belo Horizonte	Minas Gerais	Contagem	521
Microrregião de Divinópolis	Minas Gerais	Divinópolis	1.764
Microrregião de Formiga	Minas Gerais	Formiga	500
Microrregião de Governador Valadares	Minas Gerais	Governador Valadares	1.254
Microrregião de Ipatinga	Minas Gerais	Coronel Fabriciano	1.097
Microrregião de Ipatinga	Minas Gerais	Ipatinga	2.264
Microrregião de Itajubá	Minas Gerais	Itajubá	502
Microrregião de Janaúba	Minas Gerais	Nova Porteirinha	453
Microrregião de Juiz de Fora	Minas Gerais	Juiz de Fora	2.299
Microrregião de Montes Claros	Minas Gerais	Montes Claros	1.747
Microrregião de Muriaé	Minas Gerais	Muriaé	409
Microrregião de Patos de Minas	Minas Gerais	Patos de Minas	1.121
Microrregião de Paracatu	Minas Gerais	Paracatu	565
Microrregião de Patrocínio	Minas Gerais	Patrocínio	382
Microrregião de Poços de Caldas	Minas Gerais	Poços de Caldas	968
Microrregião de Sete Lagoas	Minas Gerais	Sete Lagoas	409
Microrregião de Uberaba	Minas Gerais	Uberaba	604
Microrregião de Uberlândia	Minas Gerais	Uberlândia	3.431
Microrregião de Varginha	Minas Gerais	Varginha	356
Microrregião de Campos dos Goytacazes	Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	389
Microrregião de Itaperuna	Rio de Janeiro	Itaperuna	369
Microrregião de Lagos	Rio de Janeiro	Araruama	390

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Lagos	Rio de Janeiro	Cabo Frio	2.066
Microrregião de Macaé	Rio de Janeiro	Macaé	505
Microrregião de Nova Friburgo	Rio de Janeiro	Nova Friburgo	547
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Belford Roxo	367
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Duque de Caxias	1.528
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Niterói	6.428
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	2.657
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	15.327
Microrregião do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	São Gonçalo	2.370
Microrregião de Serrana	Rio de Janeiro	Petrópolis	395
Microrregião de Vassouras	Rio de Janeiro	Vassouras	408
Microrregião de Araçatuba	São Paulo	Araçatuba	359
Microrregião de Araraquara	São Paulo	Araraquara	1.016
Microrregião de Assis	São Paulo	Assis	743
Microrregião de Avaré	São Paulo	Avaré	531
Microrregião de Barretos	São Paulo	Barretos	474
Microrregião de Barretos	São Paulo	Bauru	1.999
Microrregião de Campinas	São Paulo	Campinas	6.770
Microrregião de Campinas	São Paulo	Indaiatuba	698
Microrregião de Campinas	São Paulo	Jaguariúna	855
Microrregião Campinas	São Paulo	Santa Bárbara d'Oeste	642
Microrregião de Campinas	São Paulo	Sumaré	491
Microrregião de Franca	São Paulo	Franca	1.571
Microrregião de Guarulhos	São Paulo	Guarulhos	3.837
Microrregião de Itapeçerica da Serra	São Paulo	Taboão da Serra	1.348
Microrregião de Itapeva	São Paulo	Itapeva	1.315
Microrregião de Jaboticabal	São Paulo	Bebedouro	573
Microrregião de Jundiaí	São Paulo	Jundiaí	5.127
Microrregião de Limeira	São Paulo	Araras	1.257
Microrregião de Limeira	São Paulo	Leme	689
Microrregião de Limeira	São Paulo	Limeira	884
Microrregião de Marília	São Paulo	Garça	412
Microrregião de Marília	São Paulo	Marília	1.121
Microrregião de Mogi das Cruzes	São Paulo	Mogi das Cruzes	3.093
Microrregião de Mogi das Cruzes	São Paulo	Suzano	357
Microrregião de Osasco	São Paulo	Carapicuíba	1.334
Microrregião de Osasco	São Paulo	Osasco	3.568

(Continua)

(Continuação)

Região/microrregião	Estado	Cidade	Quantidade de financiamentos
Microrregião de Osasco	São Paulo	Santana de Parnaíba	1.160
Microrregião de Ourinhos	São Paulo	Ourinhos	1.116
Microrregião de Piracicaba	São Paulo	Piracicaba	1.225
Microrregião de Presidente Prudente	São Paulo	Presidente Prudente	2.466
Microrregião de Ribeirão Preto	São Paulo	Ribeirão Preto	2.328
Microrregião de Santos	São Paulo	Santos	3.114
Microrregião de São João da Boa Vista	São Paulo	São João da Boa Vista	1.729
Microrregião de São João da Boa Vista	São Paulo	São José do Rio Pardo	400
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	Jacareí	583
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	São José dos Campos	3.569
Microrregião de São José dos Campos	São Paulo	Taubaté	1.554
Microrregião de São José do Rio Preto	São Paulo	São José do Rio Preto	1.097
Microrregião de São Paulo	São Paulo	Santo André	6.226
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Bernardo do Campo	4.281
Microrregião de São Paulo	São Paulo	São Paulo	43.342
Microrregião de Sorocaba	São Paulo	Sorocaba	5.517
Total			200.162

Fontes: FNDE 2010-2014 (disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>) e IBGE (2017).

Na tabela 3, reunimos a evolução dos quantitativos das microrregiões das capitais ao longo dos anos em estudo, sendo possível verificar o processo de concentração de concessões de contratos ocorrido desde 2010.

TABELA 3
Microrregiões: concessões nas capitais – Brasil (2010-2014)

Microrregiões	Estados	2010	2011	2012	2013	2014
Aracaju	Sergipe	-	767	2.212	3.827	7.222
Belém	Pará	-	-	820	2.358	6.997
Belo Horizonte	Minas Gerais	1.338	2.312	6.418	10.298	16.160
Boa Vista	Roraima	-	-	511	1.461	2.194
Brasília	Distrito Federal	-	354	6.759	14.350	19.845
Campo Grande	Mato Grosso do Sul	-	1.997	5.727	6.588	8.678
Cuiabá	Mato Grosso	1.513	3.925	6.747	7.073	7.920
Curitiba	Paraná	-	1.617	2.885	2.054	3.648
Fortaleza	Ceará	1.322	4.707	10.715	15.702	18.443
Goiânia	Goiás	-	846	1.357	4.918	6.539
João Pessoa	Paraíba	-	-	1.353	3.335	6.009

(Continua)

(Continuação)

Microrregiões	Estados	2010	2011	2012	2013	2014
Macapá	Amapá	-	-	1.763	3.390	3.933
Maceió	Alagoas	-	-	1.309	2.984	4.753
Natal	Rio Grande do Norte	351	-	3.542	3.646	5.956
Palmas	Tocantins	-	-	-	423	1.175
Porto Alegre	Rio Grande do Sul	-	-	-	1.076	1.685
Recife	Pernambuco	-	991	5.178	7.832	10.510
Rio Branco	Acre	-	1.065	1.815	3.287	3.582
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	-	411	1.700	7.789	15.327
Salvador	Bahia	-	594	5.868	14.260	15.535
São Luís	Maranhão	-	-	2.791	6.783	10.975
São Paulo	São Paulo	-	963	13.763	33.967	43.342
Teresina	Piauí	412	-	1.033	2.039	1.765
Vitória	Espírito Santo	-	-	-	520	2.274
Total		4.936	20.549	84.266	159.960	224.467

Fonte: FNDE 2010-2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3gk13ch>>.

3 CONCLUSÕES

O objetivo deste estudo foi analisar o processo de desenvolvimento da política pública de financiamento da educação superior por meio do Fies e sua possível correlação com a redução das assimetrias regionais e nacionais, focalizando a interiorização da oferta deste nível de ensino, no período 2010-2014. Segundo os dados, percebemos que as assimetrias regionais e nacionais se mantiveram, com algumas alterações e migrações no número de matrículas nas regiões Sul e Sudeste, mas com manutenção da concentração nessas regiões em relação às demais e de concessão de contratos a IES situadas em microrregiões de capitais, nas diversas regiões.

Em relação à meta de taxa líquida de matrícula na educação superior prevista no PNE 2001-2010, bem como ampliação das ofertas, apesar da melhoria da taxa e ampliação no número de vagas e no quantitativo de IES, estamos longe de atingir os dados projetados, conforme documento conjunto da Presidência da República, do MEC, do Inep, da Secretaria Executiva e da Diretoria de Educação a Distância (Dired) publicado em 2013, intitulado *Plano Nacional de Educação: questões desafiadoras e embates emblemáticos*.

Apesar da revisão do financiamento público ter gerado um forte impacto na educação superior privada, com aumento expressivo em seus quantitativos, o tema da assimetria da oferta, da revisão da concentração nas regiões mais produtivas do país, Sudeste e Sul, foram se perdendo a partir de 2012 e os dados apresentados nos quadros 4, 5 e 6 confirmam esta análise.

O crescimento da oferta percentual na região Norte acabou sendo impactado, em relação à política pública e sua execução, pela concentração da concessão em algumas IES localizadas na microrregião de São Paulo, pois seu quantitativo ultrapassa o total da concessão da região Norte em 2013 e 2014.

A despeito disso, o crescimento apontado, apesar de quantitativos relevantes, ainda é pouco para o complexo cenário da educação superior no país, suas exigências de formação por faixa etária, entre outros desafios apontados pelos PNEs referenciados.

A interiorização da educação superior não foi alvo da política pública do Fies enquanto intenção, visto que os dados não demonstram essa oferta em relação às concessões dos contratos em seus quantitativos e distribuição pelas microrregiões. Ou ainda, um direcionamento do planejamento das concessões para regiões específicas do país, municípios ou microrregiões estratégicas em termos de produção ou fomento.

A Lei nº 10.172/2001, que instituiu o primeiro PNE sob a atual LDB, apontou o tema da oferta desigual de vagas pelas regiões brasileiras com a necessidade de se corrigir a situação, visto que seria o resultado da concentração de oferta de vagas em instituições particulares das regiões mais desenvolvidas. A concentração evidente de número de contratos em algumas IES em determinadas regiões mostra que, apesar de bem intencionada e vinculada às metas dos PNEs, a política de financiamento deixou diversas amarrações importantes fora de seu espectro de atuação, focando tão somente no quantitativo dos contratos, negligenciando as amarrações regionais, o fomento ao crescimento e ao desenvolvimento local. Além de eventuais restrições quantitativas a cursos, IES e localidades, visando evitar a concentração dos contratos em poucas instituições, localizadas nas microrregiões de capitais, fato comprovado pelos dados analisados.

REFERÊNCIAS

AMARAL, N. C. A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e do Brics. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 66, jul.-set. 2016.

BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/3sQw4JS>>. Acesso em: 10 out. 2019.

_____. Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2010a. Disponível em: <<https://bit.ly/3mtwOTZ>>. Acesso em: 15 set. 2019.

_____. Lei nº 12.220, de 14 de janeiro de 2010. Altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies (permite abatimento de saldo devedor do Fies aos profissionais do magistério público e médicos dos programas de saúde da família; utilização de débitos com o INSS como crédito do Fies pelas instituições de ensino; e dá outras providências). Brasília: Congresso Nacional, 2010b. Disponível em: <<https://bit.ly/3B9mjcE>>. Acesso em: 16 set. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Relatório por município. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3D1BXYu>>.

PINHEIRO, M. C.; SERRANO, A. L. M. Análise do impacto do programa Fies nos retornos de ações do setor de ensino superior. **Revista de Contabilidade Financeira**, USP, São Paulo, v. 30, n. 81, p. 368-380, set.-dez. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉS, A. **Expansão da educação superior sob os planos nacionais da educação**: expectativas, fatos e perspectivas. Brasília: Câmara dos Deputados, jul. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3mEiK8P>>. Acesso em: jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Plano Nacional da Educação (PNE)**: questões desafiadoras e embates emblemáticos. Brasília, 2013.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de financiamento da educação superior – análise dos planos nacionais de educação pós-constituição/1988. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 1, p. 43-55, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3muKfTM>>. Acesso em: 12 set. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3zhD2K4>>. Acesso em: 16 set. 2019.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/3zdq4wY>>. Acesso em: jan. 2020.

_____. **Divisão regional do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3ko1QtA>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Education at a glance** – 2011. OCDE, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/document>>. Acesso em: 10 set. 2019.

